

EDUCAÇÃO ESTÉTICA E ALFABETIZAÇÃO

MARCOS VILLELA PEREIRA
Professor do Departamento de Ensino
Faculdade de Educação/UFPel

1. Nunca é demais estabelecer alguns parâmetros de entendimento do que seja a alfabetização. Principalmente quando se evidencia uma grande distância entre o discurso e a prática.

Alfabetizar costuma ser identificado como o ato, puro e simples, de ensinar a ler e escrever. Nossa civilização depende da leitura e da escrita; nossa sociedade é grafocêntrica. A alfabetização, portanto, se seguida a tradição, consistirá na introdução dos sujeitos em um universo de códigos organizado pelos adultos, consolidado por regras e normas de representação abstrata e, com frequência, convencionalmente distanciado do resultado dos processos de percepção e cognição fundados na experiência do mundo. A aquisição desses códigos, pela criança, tende a ser feita de forma mecânica e artificial, baseada na memorização de chaves de correspondência entre símbolos gráficos e unidades sonoras.

A atitude elementar subjacente a essa ação cultural é a representação, aqui entendida como ato básico designagem, de construção de uma imagem mental - sonora, visual, tátil - do vivido. É essa faculdade que permite a edificação de um sistema simbólico paralelo, um meta-mundo, passível de convenção e, portanto, de universalização. No entanto, quando se fala da alfabetização tradicional, esse processo é imposto: o meta-mundo construído pelo sujeito a partir de sua experiência é sumariamente excluído e, em seu lugar, é implantada a referência institucionalizada pela sociedade, de modo que ele faça convergir sua percepção e cognição para o rumo convencional; o sujeito tende a perder sua autonomia de leitura do mundo em favor de sua "socialização".

Ao tomarmos os sistemas de representação, percebemos o quanto são complexos e o quanto são frágeis. Cada sujeito, em sua prática, desenvolve alternativas peculiares de relação com o mundo, isto é, desenvolve visões-de-mundo absolutamente coerentes com a sua história. Isso faz com que se perceba a estreita ligação e dependência das representações com as circunstâncias: a lógica interna de cada processo é construída no decorrer e em função da experiência vivida, nada é pré-determinado (FERREIRO, 1991:12). E essa complexidade acaba sendo responsável por sua fragilidade: a necessidade de converter as representações em algo compartilhável com os outros - um dado elementar na experiência de vida na sociedade - exige, para efeito de

comunicação, a codificação segundo referências padronizadas por esse social. Referentes, significados e significantes, em nosso sistema lingüístico, têm elos e relações previamente estabelecidos (BLIKSTEIN, 1985). Na fala, antes da escrita, essas relações já são experimentadas, de forma que a ação do pensamento já vai sendo por elas determinada. Assim, os atos perceptivos e expressivos vão sendo, paulatinamente, conectados com o sistema comunicativo, abrindo espaços de suscetibilidade à linguagem.

A autonomia do sujeito reside na possibilidade que ele tem de operar com sistemas paralelos e simultâneos, de expressão e comunicação, mantendo a peculiaridade de seu meta-mundo interno articulada por codificação/tradução com o meta-mundo institucionalizado. Cada discurso revela a existência de componentes subliminares, próprios do universo que lhe dá suporte. A relação de dependência entre essas duas dimensões, aliás, é fundamental e indispensável, sob pena de, por um lado, o discurso ser vazio de conteúdo e, por outro, o pensamento ser inefável: duas impossibilidades absolutas. A criança, por exemplo, quando desenha e fala, geralmente opera com as duas dimensões de forma relativamente independente. Ao desenhar, tende a exercitar alternativas peculiares de expressão, utilizando-se de correspondências genuínas de sua própria experiência, construídas individualmente segundo uma lógica que lhe é possível; ao falar, traduz suas representações para um sistema de códigos anterior e externo a ela, operando relações pré-estabelecidas.

A alfabetização tradicional, ao centrar-se na aquisição das representações gráficas, condiciona o alfabetizando a reorganizar seu sistema de representação com base nas relações internas do código lingüístico, fazendo-o convergir para esse sistema como o único possível, rejeitando qualquer outra alternativa de representação. O uso de peculiaridades é tido como erro, como algo a ser excluído, algo inadmissível.

Ao pensar-se na correspondência entre a leitura do mundo e a leitura da palavra, no entanto, o encaminhamento devido é outro: a palavra foi construída socialmente, historicamente e, portanto, a condição histórica de cada sujeito é relevante na medida em que revela uma realidade determinante de sua visão de mundo. Logo, a aquisição desse código formal é parte da prática cultural (e, não, determinante dessa prática). O ajuste do indivíduo em sua

circunstância, passando de um condicionamento ético e estético, é um ato de extrema violência contra a condição humana: desconsidera-se a capacidade de cada sujeito de construir-se historicamente.

Lê-se o mundo desde que se nasce. Lê-se sempre. Aí está a necessidade de preservar a identidade de cada leitura, a singularidade de cada sujeito. A língua entra como alternativa instrumental para a comunicabilidade, como matéria à qual o sujeito lança mão para revelar seu meta-mundo aos outros. Alfabetização, portanto, significa a apropriação da "escrita como sistema de representação da linguagem", considerando que aquele que se apropria é "um sujeito cognoscente, alguém que pensa, que constrói interpretações, que age sobre o real para fazê-lo seu". (FERREIRO, 1991:40-1)

2. Quanto ao conceito de Estética, eis aí uma região delicada. Tradicionalmente associada à Filosofia, geralmente é identificada como Teoria do Belo ou Filosofia da Arte. Lamentável é o rigorismo que reduz a Estética ao campo teórico, consagrando-a como conjunto de valores e especulações em torno da relação sujeito-objeto, relevando a prática apenas como suporte inevitável da subjetividade.

Tomando-se o termo pela raiz, fica fácil abrir outra perspectiva; principalmente se analisarmos o que designa seu contrário: an-estético remete para anestesia, para supressão dos sentidos, na prática. Falar em Estética significa falar em Prática Estética. Consiste na raiz da ação, de qualquer ação.

João BERNARDO, por exemplo, resgata essa dimensão em sua radicalidade, tratando a estética como o modo expressivo de qualquer prática. Segundo ele, "não existe qualquer prática que, ao mesmo tempo que suscita outras expressões, não suscite também a expressão estética, pois não há prática que não se expresse de uma maneira e essa maneira é a estética" (1991:49). No cotidiano, cada ação do sujeito realiza-se de alguma forma: por um lado, a estética revela-se como "espelho" da prática na medida em que é ela que permite acesso à configuração essencial do concreto. O real vivido, fonte das representações, depende de uma objetividade - uma espécie de materialidade que o configura como fato - sua estética. Reforçando a idéia de material-para-a-sensibilidade, a estética é a face estrutural da realidade, tornando sensível (portanto, prática) o conteúdo do real em suas formas de oposição: "a arte é um espelho porque afirma as expressões das práticas opostas; (...) trata-se de uma circulação permanente porque todas as expressões de práticas, existindo enquanto expressão estética, refletem as expressões de práticas opostas, oferecendo-se num momento a uma expressão a face que antes refletia a outra." (BERNARDO, 1991:50) Por outro lado, descendo em direção a suas componentes estruturais, a estética, na medida em que é o como da prática, revela a lógica interna de cada parcela do real vivido, permite ver as formações ideológicas subjacentes ao fato. Obviamente, não se trata de depositar apenas na objetividade o vigor de configuração do real: ao

investigar, partindo da estética, a ideologia presente no fato, o sujeito (tão participante do fato quanto o próprio fato) também tem acesso a seus componentes ideológicos. Isto é, a prática consiste em uma circunstância de presentificação do real a um sujeito; ambos são prática: assim, num confronto entre uma exterioridade e uma interioridade, uma não é a outra e, por isso mesmo, uma reflete a outra, possibilitando ao sujeito um desvelamento de sua subjetividade prática ao tomar contato com a sua estética (BERNARDO, 1991:49-50).

Paul WILLIS define estética como "a qualidade mais específica que caracteriza a mente humana. É a capacidade de tornar consciente através de alguma prática concreta ou meditação ativa, de suas próprias qualidades de consciência do mundo. (...) é a forma de conhecer nossa própria consciência." (WILLIS, 1987:10-11). Dessa maneira, ele contribui para a desconstrução da idéia de estética como atrelada a atividades artísticas ou a cânones da Filosofia da Arte e a faz "articulada como qualidade criativa em um processo onde os significados possam ser carregados." (1987:11-2). Seu conceito é definido como "grounded aesthetic", buscando resgatar as práticas e expressões cotidianas não formalmente reconhecidas como "arte": roupas, objetos e estilos pessoais, seleção e consumo ativo de músicas, revistas ou TV, rituais de romance (1987:1). Ao instalar essa compreensão no interior da prática social e cultural, converte-se a estética em elemento essencial de construção da subjetividade, concebe-se cada sujeito como inevitavelmente imerso em sua prática cotidiana, passível de consciência e domínio das diferentes dimensões que o configuram. A idéia de produção estética, neste caso, aparece como recepção criativa, ativa de textos e artefatos como parte de um processo social que pode incluir sua própria produção, tanto em novas formas quanto em recombinação de já existentes (1987:13). Assim, a estética é a possibilidade ativa, é a prática propriamente dita do sujeito real.

Ao resgatar-se essas compreensões, encaminha-se a compreensão da leitura do mundo como resultado de um trabalho de produção consciente de conhecimento, onde o real vivido implica em autoconhecimento do sujeito inserido na prática. A estética, então, consiste numa privilegiada via de acesso à prática, oferecendo possibilidades de construção de representações radiografadas, explícitas (ainda que carregadas ideologicamente). Esse grau de consciência permite a autonomia da prática, permite a identificação dos parâmetros e quadros de referência construídos pelo sujeito em seu cotidiano.

3. Relacionar alfabetização e estética não é tarefa fácil. Principalmente ao tomarmos como base as concepções apresentadas.

Na maioria das salas de aula, a alfabetização praticada corresponde à maneira tradicional do adestramento alfabético: memorização de símbolos e códigos abstratos e construção violenta de chaves de decifração, tradução e conversão, relacionadoras da língua falada com a língua

escrita. Da mesma forma, a estética costuma aparecer limitada a atividades vazias, geralmente de assimilação e reprodução de padrões estéticos assépticos e estereotipados pela prática alienada. No processo de imposição dos modos cultos da sociedade, a alfabetização e a estética costumam ser usadas como instrumentos assoladores de qualquer traço de subjetividade construída conscientemente.

Ao contrário, ao relevarmos a leitura-de-mundo como uma prática consciente de fabricação da realidade, entendemos a alfabetização como produção de conhecimento simultânea à apropriação ativa dos traços ideológicos presentes no interior e no exterior do sujeito e, portanto, de autoconhecimento do sujeito em prática. A educação estética entra aí como chave de afloramento da consciência: por um lado, como a instância mesma de evidenciação dos padrões internos presentes em cada sujeito, como domínio da lógica peculiar ao pensamento - responsável pela ordenação das percepções e dos processos de cognição; por outro lado, como campo relacional entre o indivíduo em prática e a circunstância cultural onde a prática acontece, demarcando os territórios de fluxo e refluxo dos valores determinantes do contexto.

Articular, efetivamente, a alfabetização e a educação estética corresponde a um descortinamento da prática em sua mais genuína realidade, possibilitando atividades cotidianas que podem fazer da sala de aula um campo vigoroso de apropriação das referências sociais e culturais no próprio exercício da condição de sujeitos em prática.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BERENARDO, João. *Dialética da prática e da ideologia*. São Paulo: Cortez; Porto: Afrontamento, 1991.
- BLIKSTEIN, Isidoro. *Kaspar Hauser ou a fabricação da realidade*. 2.ed. São Paulo: Cultrix, 1985.
- FERREIRO, Emília. *Reflexões sobre alfabetização*. 19.ed. São Paulo: Cortez, 1991.
- WILLIS, Paul. *Art or Culture?*. jun/1987 (mimeo).

UNITERMOS: Alfabetização; arte-educação; estética; educação estética.